

ESTADO DE SÃO PAULO

ROGÉRIO L. FURQUIM
WERNECK

QUAL É A IMPORTÂNCIA DA CONVICÇÃO NA CONDUÇÃO DA POLÍTICA FISCAL?

Desde o final da semana passada, quando o Banco Central por fim divulgou as contas públicas de 1997, a questão fiscal voltou a ocupar o centro do debate econômico no País. Em face do alvoroço da mídia, o governo tem improvisado argumentos que desviam a atenção do que realmente importa e apenas contribuem para trazer mais ruído e menos luz à discussão que efetivamente se faz necessária.

A esta altura, mais importante do que descobrir a quem deve ser atribuída a culpa do lamentável desempenho fiscal do ano passado, ou do que se discutir quais ajustes precisam ser feitos na metodologia de cálculo das necessidades de financiamento do setor público, é ter em mente com clareza o ponto crucial. As contas públicas do ano passado mostram antes de mais nada que o processo de deterioração fiscal iniciado em 1995 e acentuado em 1996 não pôde ser sustado em 1997. Pelo menos é isso que é

É inútil chorar o leite derramado e culpar os Estados a esta altura é algo melancólico

evidenciado pela evolução do resultado primário do setor público, que é simplesmente a diferença entre suas receitas e despesas não financeiras. Em 1994, o setor público apresentou superávit primário equivalente a 5,29% do Produto Interno Bruto (PIB). Tal superávit foi reduzido a apenas 0,36% do PIB em 1995 e convertido em déficit de 0,09% do PIB em 1996. Sabe-se agora que, em 1997, o déficit primá-

rio do setor público aumentou para 0,67% do PIB.

O ponto crucial é que a deterioração do quadro externo com que a economia brasileira vem tendo de lidar desde meados do ano passado, com a eclosão da crise asiática, tornou absolutamente fundamental que esse processo de deterioração fiscal seja sustado e significativamente revertido ao longo de 1998. Por maiores que sejam as dificuldades de se conseguir esse tipo de ajuste em um ano no qual boa parte dos parlamentares, governadores e o próprio presidente estarão disputando eleições, é essencial que se perceba que não há mais espaço de manobra para se adiar para 1999 a reversão do quadro de deterioração fiscal.

O importante é viabilizar essa reversão, não cometendo os mesmos erros dos últimos anos. É inútil chorar sobre leite derramado. Culpar os Estados a esta altura é algo melancólico, até por-

que cerca de dois terços do aumento do déficit primário do setor público observado em 1997 deveu-se à deterioração das contas do governo federal e do Banco Central. De qualquer forma, é pouco provável que alguém tenha ingenuamente imaginado que, se dotados de maior poder de gasto, os Estados deixariam de exercê-lo em nome da consolidação do esforço de estabilização. Afinal, estabilização não é objetivo de política estadual e, infelizmente, na maior parte dos Estados, ainda há pouco compromisso com a idéia de austeridade fiscal.

Nos últimos anos, o governo federal teve todas as oportunidades para exigir que os Estados canalizassem a maior parte dos recursos provenientes das vendas de ativos para redução de dívidas. Induziu o processo de privatização nos Estados, deu-lhes acesso prévio e farto a receitas de privatização e se dispôs a generosamente refinar mais de R\$ 100 bilhões de dívidas estaduais por 30 anos, a juros de 6% ao ano. Tudo indica que acabou sendo mais generoso do que deveria e deixou a alguns Estados beneficiados uma ampla folga de poder de gasto que, ainda que efêmero, está sendo plenamente exercido. Os governadores vão tocando obras e pagando seus empreiteiros e, em Brasília, já há quem queira enxergar nisso uma utilização saudável dos recursos da privatização para resgate de dívidas.

Por outro lado, não se pode esquecer que até poucos meses atrás o governo federal vinha demonstrando ter pouca convicção acerca do que fazer com os recursos provenientes do próprio programa de privatização. De fato, até julho do ano passado, ainda havia dentro do governo uma ruidosa e influente banda da irresponsabilidade fiscal que, entusiasmada com o destino que havia sido dado aos recursos criados pela venda da Vale, continuava a defender publicamente que as receitas de privatização não deveriam ser utilizadas para redução de dívida. Com tão pouca convicção acerca da utilização das receitas federais, teria sido surpreendente se o governo federal tivesse conseguido exigir que as receitas de privatização dos Estados fossem primordialmente destinadas ao

resgate de dívidas. Quando afinal houve o susto da eclosão da crise na Tailândia, e o governo resolveu unificar o discurso e reforçar seu compromisso com a austeridade fiscal, já era tarde demais. O jogo estava feito. E o aumento de poder de gasto dos governadores já estava assegurado e a caminho.

Isso foi apenas uma manifestação de um processo mais geral. Parte do desempenho desfavorável da política fiscal no ano passado decorreu exatamente da falta de convicção do governo sobre a necessidade de impor uma política efetivamente austera, que perdurou durante boa parte do ano. Os sinais de ambivalência só começaram a desaparecer no segundo semestre e só desapareceram de fato nos dois últimos meses do ano, com o agravamento da crise asiática. A partir do final de outubro, o governo afinal conseguiu mostrar grande mobilização com a questão fiscal e em poucas semanas viabilizou um pacote fiscal de emergência com impacto bruto superior a 2% do PIB. Se a política fiscal tivesse sido conduzida com metade desta convicção desde o início do ano passado os resultados que acabam de ser divulgados teriam sido certamente bem mais animadores. É importante assegurar que, em 1998, este precioso reforço de convicção do governo sobre a necessidade de se levar adiante o esforço de ajuste fiscal não seja de novo perdido na esteira de um otimismo apressado sobre os desdobramentos da crise na Ásia.

■ Rogério L. Furquim Werneck
é professor do Departamento
de Economia da PUC-Rio